

Investidor dificulta a *Dívida Externa* negociação da dívida

por Stephen Fidler
do Financial Times

Um investidor privado norte-americano tornou-se um dos maiores credores comerciais do Brasil e está complicando a reestruturação de US\$ 40 bilhões de dívida, segundo banqueiros próximos às negociações entre o governo brasileiro e os bancos.

É a primeira vez que um investidor privado tem um impacto expressivo em uma reestruturação de dívida bancária de vulto embora os bancos tenham começado a vender seus empréstimos latino-americanos para investidores privados em meados dos anos 80.

De acordo com os banqueiros, uma participação de cerca de US\$ 1 bilhão em valor de face foi acumulada por interesses pertencentes a Kenneth Dart, presidente da Dart Containers, e à família Dart, que fez sua fortuna com a invenção do copo de poliestireno, em 1960. Essa participação, comprada com bastante desconto sobre o valor nominal, tornaria a família um dos cinco maiores detentores da dívida bancária brasileira.

O Brasil ofereceu aos detentores de sua dívida bancária seis opções na res-

truturação, mas reservou a si o direito de alterar o equilíbrio final entre as opções.

A maioria dos detentores de dívida brasileira optou pelo chamado bônus "ao par", que é o mais caro para o governo. As autoridades queriam reduzir a fatia desses bônus para 40% do total da dívida.

A maior parte dos grandes bancos concordou em ajustar suas opções, mas a família Dart não está disposta a fazê-lo, disseram os banqueiros. Os representantes da família não estavam disponíveis de imediato para comentários.

Os principais bancos credores do Brasil — liderados pelo Citibank norte-americano — e as autoridades brasileiras reuniram-se com representantes da família para convencê-los a ajustar suas opções, mas aparentemente não foram bem-sucedidos.

Mesmo assim, banqueiros em Washington disseram ontem que o governo brasileiro e seus principais credores na área bancária decidiram dar prosseguimento à redação e à assinatura do acordo de reestruturação. A documentação será apresentada ao Senado brasileiro para a aprovação no início de outubro.

As autoridades brasileiras afirmaram que a intenção é começar o processo no início de outubro e concluí-lo até o final de novembro. Até o fim de fevereiro o acordo seria fechado, seguindo-se ao acerto de um crédito "stand-by" (emergencial) entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. Esse acordo permitiria ao Tesouro dos Estados Unidos emitir bônus ao Brasil para servir de lastro no pacto.

É possível, porém, que alguns bancos protestem contra a facilidade dada a grandes investidores de escolher uma opção mais favorável do que a maioria dos bancos. "O problema é que esse é um fator que não toca nas preocupações usuais dos dirigentes de bancos centrais e das autoridades", comentou um banqueiro norte-americano.

O fato levou banqueiros a perguntar se a boa vontade com o rescalonamento da dívida brasileira pode continuar existindo com uma proporção cada vez maior da dívida sendo controlada por investidores individuais. Diversos processos judiciais, destinados a forçar o pagamento pelos governos devedores, foram movidos no último ano.